

## Diretas já tem 185 assinaturas de constituintes

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) deverá entregar hoje, à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, um requerimento de Projeto de Decisão, de autoria do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que determina a realização de eleições diretas para a Presidência da República a 15 de novembro do ano que vem.

Das 187 assinaturas necessárias à apresentação do projeto, Arnaldo Faria conseguiu, até a noite de ontem, 185 assinaturas. Não tinha, contudo, dúvidas de que conseguiria, hoje, as duas assinaturas restantes, até porque já tinha a promessa do senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, de que iria assinar o documento.

De um dia inteiro de trabalho, Arnaldo Faria colheu seis assinaturas ontem. Ele tentou, das 16 horas até o final da tarde, completar as 187 assinaturas, mas a ausência quase absoluta de parlamentares, e a recusa dos poucos presentes, impediram que ele encerrasse ontem a sua busca.

Tentou, por exemplo,

### Sant'Anna desafia Arnaldo

Agora não vai haver cochilo, avisou ontem o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, a respeito do projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá, que tem 185 assinaturas, convoca eleições diretas para 15 de novembro de 1988 e será entregue hoje ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Ele admitiu que na Comissão de Sistematização, se não possui número para rejeitá-lo, usará o método de esvaziar o plenário e tem certeza de que os defensores da proposta não terão 48 votos para aprová-la.

O cochilo a que se referiu Sant'Anna diz respeito ao projeto do deputado Paulo Ramos, transformando parte da dívida externa em

investimento e que acabou questionado porque a aprovação não foi por maioria absoluta do plenário, quando a liderança do Governo entende que essa é uma formalidade por tratar-se de matéria constitucional.

Sant'Anna até desafiou Arnaldo Faria de Sá a colocar os 48 votos em plenário na Sistematização, para aprovar sua proposta, e disse que desta vez mobilizará seu grupo para que os adversários não se valham de suplentes, a exemplo do que ocorreu na questão da dívida externa. O líder governista deverá repetir a ação de esvaziamento do plenário que já provocou sérios desentendimentos dele com a ala progressista do PMDB.

## Sarney poderá dar entrevista todo mês

O presidente José Sarney concederá, no próximo dia 7, entrevista coletiva à imprensa. Será a segunda vez que o chefe do Governo reúne a imprensa credenciada no Palácio do Planalto para uma entrevista coletiva. O porta-voz da Presidência, Frota Neto, disse que essa prática poderá ser mensal.

A última entrevista do presidente Sarney foi no dia 17 de julho quando ele reuniu a imprensa credenciada no auditório do prédio anexo ao Palácio do Planalto. Inicialmente a Secretaria de Imprensa tinha reservado 45 minutos para a entrevista, mas o próprio Presidente decidiu ampliar em mais 15 minu-

tos para atender mais alguns repórteres.

A entrevista presidencial está marcada para as 11 horas e, como a anterior, terá a duração de 45 minutos podendo cada repórter inscrito fazer uma pergunta ao Presidente.

### MÉXICO

O secretário de Imprensa da Presidência da República confirmou ontem a data de 16 de agosto para a viagem que o presidente Sarney fará ao México, mas esclareceu que ainda falta a aprovação definitiva do programa, que poderá ser confirmado ainda esta semana.

com o deputado Arthur da Távola, e com o líder do PDC no Senado, Mauro Borges. O ex-governador de Goiás lhe respondeu que estava temeroso de tomar uma posição isolada, e argumentou que precisaria reunir a Executiva Nacional do partido para decidir se assinava ou não o documento.

Mas o trabalho de Arnaldo Faria deverá terminar hoje, com a entrega do requerimento à Mesa da Constituinte, que a remeterá ao redator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que terá, então, cinco dias para apresentar parecer, que tecnicamente, deverá ser favorável. Arnaldo Faria pretende que a Comissão de Sistematização decida sobre a matéria, remetendo-a, em seguida, ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte, de forma a evitar que a questão seja tratada apenas em novembro. Ele acha que a discussão sobre o mandado do presidente José Sarney está atrapalhando o trabalho de elaboração do texto constitucional e, por isso, acha que o assunto deve ser resolvido imediatamente.

GIVALDO BARBOSA



Costa quer que o TCU investigue a compra de apartamentos pela Previdência

## Comissão examinará o que governo faz

A Mesa da Câmara autoriza amanhã a instalação da Comissão de Fiscalização e Controle dos atos do Executivo, a única que deverá funcionar durante o período constituinte, e que terá entre 27 a 35 membros. A oposição já prepara uma pauta — que inclui desde a dívida externa até a Ferrovia Norte-Sul — enquanto o PFL, segundo sua liderança, ainda não tem assuntos específicos para submeter à apreciação do órgão, e o PMDB através de seu líder, sustenta que a Comissão deve acompanhar tudo, e nada em especial.

Com poderes mais amplos do que uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em alguns casos, conforme a avaliação de assessores da Casa, a Comissão deve acompanhar os atos administrativos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta e das fundações instituídas pelo Poder Público, e opinar sobre: processos de tomada de contas do Presidente da República e de entidades da administração indireta, projetos de abertura de créditos adicionais, representações do Tribunal de Contas da União e recursos de suas decisões, planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, projetos de retificações de lei orçamentária e referentes à abertura de créditos, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas de órgãos e entidades da administração federal.

De acordo com resolução da Mesa sobre o assunto, a Comissão poderá solicitar a convocação de Ministros de Estado e dirigentes de entidades da administração indireta, solicitar, por escrito, informações à administração direta e à indireta sobre matéria sujeita à fiscalização, requisitar documentos públicos e providenciar a realização de perícias e diligências, e conceder prazo entre 10 e 60 dias para o cumprimento das providências requeridas. Se estas forem sonegadas, caberá então a apu-



Miro: autor da idéia

ração da responsabilidade do infrator. As deliberações da Comissão serão submetidas ao plenário, e a matéria objeto de apuração pela Comissão fica excluída de apuração simultânea por qualquer instância administrativa.

A instalação da Comissão foi requerida em abril pelo deputado Miro Teixeira (PMDB/RJ), que apresentou, entre outros argumentos, o de que há constantes denúncias de irregularidades e até de corrupção na administração direta e indireta. O 1º vice-presidente da Câmara, Homero Santos (PFL/MG), deu voto favorável, e agora a Mesa irá requerer às lideranças a indicação dos membros da Comissão, que nasce sob o ceticismo do líder do PT, Luiz Ignácio Lula da Silva:

— Quem deve fiscalizar o Executivo é o próprio Congresso. Se a nível de Congresso já somos uma debilidade total no controle, a Comissão terá debilidade maior. Quero saber quem vai participar, para não entrar na Comissão a fim de avaliar as falcatruas que o governo faz. Se for algo sério, o PT não terá dúvida em participar, mas se for para mostrar pro mundo exterior que no Brasil o Executivo é controlado pelo Legislativo, não.

Lula observou que as CPIs nunca tiveram resultado, que provas e denúncias são levantadas e não

são encaminhadas pelo procurador-geral da República, indo para o arquivo. Mais confiante, a deputada Irma Passoni (SP), também do PT, acha que a Comissão deve examinar a negociação da dívida externa, a situação das estatais, a administração do Fundo de Garantia, do PIS e do PASEP, o recebimento de subsídios, o número de funcionários públicos, os beneficiários de alvarás para exploração de minérios, o número de brasileiros no exterior atuando em embaixadas ou órgãos, o repasse dos recursos do BNH e os militares lotados em empresas privadas paralelas às estatais.

O deputado Amaury Muller (PDT/RS) acha que a pauta deve ser iniciada com quatro itens: a importação de alimentos como o leite contaminado, a carne com aftosa, o arroz e o milho apodrecidos, a aquisição de imóveis pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, a "obsessão" do governo de construir a Ferrovia Norte-Sul, e a retomada da construção de barragens sobre o rio Uruguai, que afetará "cerca de 200 mil pessoas". Como tema central, Amaury Muller sugere a internacionalização da economia.

O líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), quer que a Comissão examine a dívida externa, sua conversão em capital de risco, e os apartamentos adquiridos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. O líder do PFL, José Lourenço (BA), reagiu: "que dívida externa? Isso é coisa do PC do B! 'Lourenço disse que irá 'estudar o quadro com os vice-líderes para tomar uma decisão' sobre os itens a serem examinados pela Comissão. Já o líder do PMDB, Luiz Henrique (SC), disse que a Comissão 'serve ao próprio governo, ao país e à democracia'".

— Não acho nada de anormal, até porque é regimental e legal que se instale tal Comissão.

# Lourenço denuncia Raphael Magalhães

O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, foi acusado ontem pelo líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), de estar usando o nome do presidente da República e de ter cometido várias irregularidades em seu ministério. As acusações foram levadas ao ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil.

Os parlamentares do PFL ficaram profundamente indignados com declarações do ministro Raphael Magalhães, feitas no Rio de Janeiro, acusando todo o partido de fisiologista. Os pefelistas comentaram ontem, com risadas, o incidente ocorrido entre o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Raphael Magalhães na última quarta-feira. Antônio Carlos invadiu o gabinete de Raphael para reclamar sua desatenção.

### DEMISSÕES

Na tarde de ontem, ao comparecer ao Palácio do Planalto para a solenidade de assinatura de recursos para recuperação energética do Nordeste, José Lourenço procurou informar-se se era verdade que o presidente José Sarney havia autorizado a demissão de pessoas que indicou para o Funrural em Ribeiro Pomal e Cansação conforme

tinha sido informado pelo Ministério da Previdência. O presidente da República desconhecia totalmente o assunto.

Indignado, José Lourenço comunicou ao ministro Ronaldo Couto que sua paciência com o ministro Raphael de Almeida Magalhães esgotara-se. Não era apenas a sua mas de inúmeros parlamentares do PFL que se queixam de ser hostilizados pelos ministros. Ele poderia apresentar, assim que o Governo quisesse, uma lista dos protestos existentes na banca-da.

Para Lourenço, Raphael de Almeida Magalhães não é mais uma questão política. "Ele é caso de polícia" — afirma. O líder do PFL está pronto a demonstrar diversas irregularidades no Ministério da Previdência Social, que iriam desde a compra de apartamentos em Brasília à de ambulâncias e convênios irregulares, contrários às determinações do presidente da República.

A irritação de Lourenço aumentou quando, ao chegar em seu gabinete, tomou conhecimento de que, em solenidade no Rio de Janeiro, o ministro da Previdência havia acusado o PFL de fisiologismo e de somente apoiar o Governo para obter vantagens. Cercado de deputados do PFL, Lourenço afirmou, às 19h,

que "esse Raphael agora vai saber quem é fisiologista. Vou abrir uma campanha contra ele".

### RISADAS

Na sala de Lourenço era contado, com humor, o incidente, ocorrido quarta-feira última, por volta das 12h, entre os ministros Antônio Carlos e Raphael Magalhães. O ministro das Comunicações mandou ligar para o da Previdência, mas recebeu a informação de que ele não poderia atendê-lo porque estava em reunião. Cerca de uma hora depois mandou refazer a ligação e obteve a mesma resposta, acrescida de que o ministro da Previdência, quando pudesse, o chamaria.

Irritado, Magalhães foi a pé (os dois ministérios são vizinhos) até o gabinete de Raphael e interrompeu sua reunião, acentuando que era um ministro de Estado e exigia respeito. Quando ligava, gostava de ser atendido com a mesma atenção que dispensava a seus companheiros. Raphael ficou meio perturbado, convidou-o para tomar uma cafuzinho, mas Antônio Carlos não aceitou. Por que "estava muito ocupado". Retornou ao Ministério das Comunicações sem aceitar os protestos de estima do ministro da Previdência.

## José Costa pede apuração

O deputado José Costa (PMDB-AL) pediu, no plenário da Constituinte (foto) que o Tribunal de Contas da União investigue o contrato firmado entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e três empresas de Brasília: Encol, Sersan e Construtora Paulo Octávio — para a compra de 328 apartamentos no Distrito Federal, destinados a coordenadores, integrantes e chefes de equipes do Inamps, IAPAS e INPS, transferidos do Rio de Janeiro para a capital federal. Segundo Costa, a Previdência poderia ter adquirido esses imóveis 30 por cento mais barato do que o seu valor total — Cz\$ 1 bilhão 30 milhões.

Ao apresentar protocolos de três empresas (Via Engenharia, Delta e Naum e Georges Ltda) que remeteram suas propostas de venda ao Ministério, o deputado José Costa contesta a argumentação do ministro Raphael de Almeida Magalhães, de que apenas a Encol, Sersan e Paulo Octávio tinham apartamentos à venda e garante que existem oito empresas em Brasília com imóveis a um preço bem mais barato dos adquiridos pela Previdência. "Os apartamentos de dois quartos poderiam ter custado Cz\$ 1,8 milhão cada e não Cz\$ 2,1 milhão, como a Previdência comprou", disse ele.

Outro fato alertado pelo deputado é o de que algumas empresas vendedoras estão sendo executadas pelo Iapas. Uma delas, conforme denunciou Costa, deve quantia aproximada a Cz\$ 21 milhões e afirmou que não sabe como "o ministro quer justificar isso". Na opinião do parlamentar, auxiliares de Raphael de Almeida o induziram ao erro, "ocultando fatos que, pelo menos à primeira vista, parecem corrupção". Declarou ter certeza de que o ministro desconhece esses fatos e no seu pronunciamento classificou o titular da pasta da Previdência de "homem de responsabilidade ilibada".

O parlamentar alagoano demonstrou ainda sua preocupação com as sucessivas denúncias de corrupção no País, observando que do escândalo da Ferrovia Norte/Sul para esse "houve um curto espaço de tempo". Costa deve encaminhar oficialmente seu pedido de apuração junto ao TCU ainda esta semana e assegurou que vai continuar com as denúncias sobre os imóveis comprados pela Previdência. O deputado cobrou também do ministro Raphael de Almeida "esclarecimentos à opinião pública", achando que "pe-lo alto valor do contrato, o Ministério deveria ter aberto concorrência pública".

## PDS convocará o ministro

O deputado Adylson Motta (PDS-RS) pedirá a convocação do ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, para prestar esclarecimentos, na Câmara dos Deputados, sobre a compra dos 328 apartamentos funcionais em Brasília.

Falando ontem na sessão da Constituinte, o deputado disse que o fórum para tratar deste assunto é o plenário da Câmara dos Deputados e não a Assembleia Nacional. Motta argumentou que essa medida servirá, inclusive, para resguardar a imagem do ministro da Previdência, já que o problema vem sendo alvo de muitas críticas.

Em seu pronunciamento de ontem, Adylson Motta encaminhou à mesa diretora da Constituinte dois oedidos de informações: o primeiro deles, é sobre a possibilidade dos embaixadores brasileiros, no exterior terem a delegação para dar o aval em acordos internacionais, evitando as despesas com as viagens de procuradores ao exterior "simplesmente para dar uma assinatura", o segundo pedido é sobre o aumento de integrantes do conselho da Suframa